CONTRATO

EMPREITADA NA RUA D.ª ESTEFÂNIA, N.º 29, 1.º ESQUERDO, LISBOA - REPARAÇÃO DE DANOS

N.º 24IN1001000133

Entre:

PRIMEIRO CONTRATANTE: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, pessoa coletiva n.º 500 715 505, com sede na Avenida Manuel da Maia, n.º 58, em Lisboa, representado por Sara Maria Murta Ribeiro, Vogal do Conselho Diretivo, no uso de competência delegada, nos termos dos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o ponto 2.3. da Deliberação n.º 496/2020, de 4 de fevereiro, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 78, de 21 de abril, e com a alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho; -----

E

SEGUNDO CONTRATANTE: Dignaconstroi - Construção e Obras Públicas, Lda., com sede na Rua Armando Guerreiro, nº 3, Santa Marta do Pinhal, 2855-593 Corroios, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Seixal sob o número de matrícula e pessoa coletiva n.º 508953090, representado por José António Nunes Corrêa Fernandes e Maria Julieta Alves Nunes Corrêa Fernandes, na qualidade de representantes legais da empresa, com poderes para outorgar este ato. -----

Considerando que:

- a. Por despacho da Sr.ª Vogal do Conselho Diretivo do IGFSS, de 19 de março de 2024, foi autorizada a despesa e a abertura do procedimento por concurso público n.º 2124000032, bem como aprovadas as peças do procedimento para a contratação da empreitada na Rua D.ª Estefânia, n.º 29, 1.º esquerdo, Lisboa - Reparação de danos, com o prazo máximo de execução de 60 dias, nos termos alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º do CCP; -----
- b. Por despacho da Sr.ª Vogal do Conselho Diretivo do IGFSS, de 06 de junho de 2024, foi autorizada a adjudicação da empreitada na Rua D.ª Estefânia, n.º 29, 1.º esquerdo, Lisboa - Reparação de danos, bem como aprovada a minuta do presente contrato. --

É celebrado o presente contrato, na sequência do procedimento de concurso público n.º 2124000032 realizado para o efeito, que se rege pelas seguintes cláusulas: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA

(OBJETO)

O contrato tem por objeto a empreitada na Rua D.ª Estefânia, n.º 29, 1.º esquerdo, Lisboa - Reparação de danos, com as características e nas condições constantes no programa de execução anexo ao caderno de encargos. -----

CLÁUSULA SEGUNDA

(VIGÊNCIA)

O contrato tem início no dia útil seguinte à data de outorga e mantém-se em vigor até à receção provisória da obra, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato. -----

CLÁUSULA TERCEIRA

(PREÇO CONTRATUAL)

1. O preço contratual da empreitada de obras públicas objeto do contrato é de 47.200,00 EUR (quarenta e sete mil e duzentos euros), ao que acresce IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número 1 inclui os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Primeiro Contratante nomeadamente, os custos logísticos com transporte dos respetivos materiais, instalação de estaleiro, alojamento e deslocação de colaboradores, água, eletricidade e custos com ocupação da via pública e licenças, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, em que o Segundo Contratante haja de incorrer em virtude da execução das obrigações que para aquele emergem do caderno de encargos e do contrato.
3. Quaisquer atividades diretamente relacionadas com o objeto dos documentos contratuais que decorram da normal execução do contrato, mas que não estejam especialmente previstas e que venham a ser aconselhadas por força das circunstâncias, consideram-se como prestações acessórias, não dando lugar a qualquer pagamento para além do que ficar contratado.

CLÁUSULA QUARTA

(CONDIÇÕES DE PAGAMENTO)

1. A faturação e os pagamentos ao Segundo Contratante dos trabalhos incluídos no contrato far-se-ão por medição, com observância do disposto nos artigos 387.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
2. Será efetuado um auto de medição único, por natureza de trabalhos com periodicidade mensal, de acordo com modelo a fornecer pelo Primeiro Contratante.
3. O auto de medição deve ser apresentado à Fiscalização e ao Gestor do Contrato do Primeiro Contratante, entregue até ao dia 8 de cada mês referente ao mês anterior.
4. Com a aprovação do auto de medição mensal pelos representantes do Primeiro Contratante, o Segundo Contratante deverá emitir fatura em nome do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, sito na Av. Manuel da Maia n.º 58, 1049-002 Lisboa, nos termos do disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos. Para o efeito, deve ser utilizado o sistema de faturação eletrónica disponibilizado pela eSPap, devendo identificar:
 - 4.1. O número do contrato;
 - 4.2. O número do auto de medição;
 - 4.3. O número do compromisso;
5. Os pagamentos ao Segundo Contratante de eventuais trabalhos complementares são efetuados depois da emissão da respetiva ordem de execução e celebração de aditamento ao contrato, cumpridos os tramites estabelecidos na presente cláusula.
6. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo de pagamento é de 30 (trinta) dias a contar da data de entrada da fatura nas instalações do Primeiro Contratante, desde que a mesma tenha sido aprovada.
7. Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas nos números anteriores da presente cláusula não autoriza o Segundo Contratante a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º Código dos Contratos Públicos.
8. O atraso de pagamentos está sujeito ao estabelecido na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril e no Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio. --

CLÁUSULA QUINTA

(OBRIGAÇÕES DO SEGUNDO CONTRATANTE)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Segundo Contratante as seguintes obrigações inerentes à empreitada na Rua D.ª Estefânia, n.º 29, 1.º esquerdo, Lisboa - Reparação de danos, que lhe foi adjudicada: -----
 - 1.1. Disponibilizar e fornecer todos os meios necessários para a realização de todos os tipos de trabalhos da obra, incluindo os preparatórios e/ou acessórios, designadamente, os meios humanos, materiais, técnicos e equipamentos; -----
 - 1.2. Mobilizar e integrar os técnicos com as aptidões e qualificações profissionais indispensáveis à integral e rigorosa execução da empreitada, e legalmente exigíveis ao exercício das respetivas atividades; -----
 - 1.3. Nomear, sob reserva de aceitação pelo Primeiro Contratante, um técnico para a função de Diretor de Obra, nos termos do n.º 2 do artigo 344.º do Código dos Contratos Públicos e da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com a última redação conferida pela Lei n.º 25/2018, de 14 junho. O Diretor de Obra, deve possuir, no mínimo, os requisitos estabelecidos no Quadro n.º 1 do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação em vigor, consoante a classe de obra correspondente ao tipo de trabalhos envolvidos; -----
 - 1.4. Manter a segurança do imóvel desde a consignação ou ordem de execução, até à receção do mesmo pelo Primeiro Contratante, assim como assegurar que os trabalhos decorrem sem prejuízos ou danos para o próprio imóvel ou terceiros; -----
 - 1.5. Manter o estaleiro em função das necessidades de execução dos trabalhos, em consonância com o estipulado na legislação aplicável, em perfeitas condições de limpeza; -----
 - 1.6. No local da obra, em bom estado de conservação, deverá constar o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos e os demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas; -----
 - 1.7. Organizar e manter um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pela Fiscalização, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos, que ficará ao cuidado do Segundo Contratante que o deverá apresentar sempre que solicitado; -----
 - 1.8. Afixar, sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do Primeiro Contratante e do Segundo Contratante, com menção do respetivo alvará ou certificados de empreiteiro de obras públicas; -----
 - 1.9. Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua receção provisória nos termos da legislação em vigor; -----
 - 1.10. Comunicar ao Primeiro Contratante, todos os erros e omissões, através da identificação expressa e inequívoca dos mesmos, mediante apresentação escrita de medições detalhadas e de todos os elementos técnicos de suporte, necessários à apreciação daqueles, sob pena de não ser considerada realizada a referida comunicação; -----
 - 1.11. Apresentar amostras de materiais ou elementos de construção a utilizar, sempre que o Primeiro Contratante julgue necessário, as quais, depois de aprovadas pela Fiscalização, servirão de padrão; -----
 - 1.12. Ter patente no local da obra, o horário de trabalho em vigor bem como, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis. -----
2. É da responsabilidade do Segundo Contratante assegurar o licenciamento e/ou as autorizações necessárias de âmbito camarário para a realização de todos os trabalhos subjacentes ao objeto do presente procedimento, incluindo a montagem de estaleiro, de andaimes e/ou vazadouros, sem que para tal, decorram encargos para o Primeiro Contratante. -----
3. É da responsabilidade do Segundo Contratante diligenciar no sentido de requerer os contadores de obra, atendendo que os imóveis devolutas não se encontram abastecidas de água e eletricidade, pelo que deverá ser requerido os referenciados contadores às

- diferentes entidades licenciadoras/abastecedoras durante e apenas no decorrer das obras de reabilitação. Os pagamentos desses abastecimentos deverão ser da responsabilidade do Segundo Contratante, mesmo que seja necessária declaração ou documentação de suporte a fornecer pelo Primeiro Contratante junto da entidade fornecedora.
4. No que concerne ao Plano de Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (RCD), o Segundo Contratante deverá assegurar que: -
 - 4.1. Todos os resíduos produzidos na obra serão encaminhados para triagem e valorização;
 - 4.2. As operações de gestão, valorização e eliminação de RCD sejam efetuadas por operadores devidamente autorizados/licenciados para esse efeito;
 - 4.3. O transporte de RCD cumpre o disposto na legislação em vigor, nomeadamente as portarias n.º 335/97, de 16 de maio e n.º 417/2008, de 11 de junho;
 - 4.4. São cumpridos os requisitos mínimos para as instalações de triagem e fragmentação de RCD, segundo o Anexo I do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março;
 - 4.5. Os locais para depósitos de resíduos em obra se encontram devidamente identificados.
 5. O Segundo Contratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativo a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
 6. O Segundo Contratante fica ainda obrigado a dar cumprimento à legislação portuguesa em vigor aplicável à presente empreitada, designadamente no que concerne à responsabilidade por prejuízos a terceiros, às relações de trabalho, à segurança social e à segurança e medicina no trabalho.
 7. Constituem ainda obrigações do Segundo Contratante:
 - 7.1. Comunicar ao Primeiro Contratante, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução dos trabalhos, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato;
 - 7.2. Não alterar as condições de execução dos trabalhos fora dos casos previstos no caderno de encargos;
 - 7.3. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são executados os trabalhos, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
 - 7.4. Comunicar ao Primeiro Contratante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
8. É obrigação do Segundo Contratante o cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 419.º-A por remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, devendo os trabalhadores afetos a prestação de serviço prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo da prestação de serviço.
 9. A título acessório, o Segundo Contratante fica ainda obrigado, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao cumprimento do contrato, bem como, ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo nos prazos estipulados no caderno de encargos.

CLÁUSULA SEXTA

(CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA DA EMPREITADA)

1. A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto de execução, com o caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
2. Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o Segundo Contratante fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar.

3. O Segundo Contratante pode propor ao Primeiro Contratante, a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto de execução por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

**CLÁUSULA SÉTIMA
(PROJETO DE EXECUÇÃO)**

1. O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado no procedimento anexo ao Caderno de Encargos.
2. Em matéria de erros e omissões do projeto de execução observar-se-á o disposto nos artigos 50.º e 378.º do Código dos Contratos Públicos.

**CLÁUSULA OITAVA
(AUTO DE MEDIÇÃO)**

1. As medições de todos os trabalhos executados são feitas no local da obra com a colaboração do Segundo Contratante e são formalizados em auto.
2. No âmbito do contrato serão efetuados autos de medição mensais e entregues até ao dia 8 de cada mês referente ao mês anterior.
3. Encontram-se previstos dois autos de medição, um a meio dos trabalhos (30 dias) e outro com o auto de receção provisória (60 dias).
4. A realização das medições obedece às normas oficiais de medição em vigor e aos critérios geralmente utilizados.

**CLÁUSULA NONA
(RECEÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA)**

1. Logo que a obra esteja concluída, proceder-se-á, a pedido do Segundo Contratante ou por iniciativa do Primeiro Contratante, à sua vistoria para o efeito da receção provisória, nos termos dos artigos 394.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
2. Verificando-se pela vistoria realizada, que no todo, ou em parte, as condições contratuais não foram cumpridas, e/ou se detetem vários defeitos incompatíveis com a entrada em funcionamento obra, será lavrado auto de não receção.
3. Caso as anomalias referidas no auto de vistoria não sejam corrigidas no prazo estipulado, o Primeiro Contratante promoverá a sua correção pelo método mais conveniente sendo os encargos daí resultantes deduzidos das quantias ainda em dívida ao empreiteiro. -
4. A aprovação pelo Primeiro Contratante ou pela Fiscalização das telas finais e dos restantes elementos da Compilação Técnica constituirá condição necessária para a efetivação da Receção Provisória da Empreitada.
5. No final do prazo de garantia previsto na cláusula 36.ª do caderno de encargos, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.
6. A correta execução do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) condiciona os atos administrativos associados à receção da obra nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua atual redação. O empreiteiro deverá apresentar os respetivos documentos comprovativos.

**CLÁUSULA DÉCIMA
(PRAZO DE GARANTIA)**

1. Sendo esta empreitada constituída por trabalhos que abrangem elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas, o prazo de garantia para defeitos ou anomalias será de 5 anos, nos termos previstos na alínea b) do n.º 2 do artigo 397.º do CCP, contados a partir da data da receção provisória.

2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, os prazos de garantia fixado no número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo Primeiro Contratante.
3. Excetua-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
(REVISÃO DE PREÇOS)

1. Só há lugar à revisão de preços, como consequência de variações, para mais ou para menos, dos custos de mão-de-obra, equipamentos de apoio ou de materiais durante a execução da empreitada, desde que se verifiquem as condições legalmente estabelecidas.
2. A revisão dos preços será regulada pelas disposições do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2021 de 18 de agosto, segundo a modalidade de "fórmula".
3. A fórmula a aplicar para o cálculo da revisão de preços é a constante do Anexo II – Revisão de Preços do caderno de encargos.
4. Os índices são os publicados no Diário da República – II Série.
5. As revisões serão calculadas pelo Segundo Contratante e, depois de apresentadas à fiscalização para verificação destas, são submetidas à aprovação pelo Primeiro Contratante.
6. A revisão de preços far-se-á no final da conclusão dos trabalhos objeto do procedimento.
7. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada serão objeto de um único auto de medição e faturação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
(LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA)

1. A empreitada de obra pública terá lugar na Rua D.ª Estefânia, n.º 29, 1.º esquerdo, Lisboa, no horário praticado na atividade da construção civil, que salvo autorização expressa em contrário se restringe a dias úteis, com os limites entre as 8h00m e as 20h00: ---
2. O prazo de execução máximo é de 45 (quarenta e cinco) dias de calendário.
3. O prazo de execução máximo em dias de calendário começa a contar da data de assinatura do auto de consignação ou ordem de execução comunicada por escrito pelo Primeiro Contratante após a comunicação e apresentação de todos os documentos de habilitação, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
4. É aplicável o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos às empreitadas de obras públicas, nomeadamente no que diz respeito ao Plano de Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (RCD), Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
(RESPONSABILIDADES)

1. Cada uma das partes obriga-se a cumprir pontualmente as obrigações emergentes do contrato e será responsável perante a outra por quaisquer prejuízos que sejam diretamente decorrentes do incumprimento da parte em causa.
2. São da exclusiva responsabilidade do Segundo Contratante, os encargos e obrigações relativos:
 - 2.1. À reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao Segundo Contratante e que não resultem da própria natureza ou conceção da obra, sejam sofridos pelo Primeiro Contratante, seus agentes ou por terceiros, até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência nomeadamente do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do Segundo Contratante ou dos seus subcontratados, fornecedores ou qualquer pessoa, ou entidade a cuja colaboração o Segundo Contratante recorra, e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos;

- 2.2. Às indemnizações devidas a terceiros pela constituição de servidões provisórias ou pela ocupação temporária de quaisquer espaços que não sejam do Primeiro Contratante, necessários à execução da empreitada; -----
 - 2.3. Às vedações de obras, trabalhos preparatórios e outros, de caráter geral ou correspondentes aos faseamentos construtivos que se revelem necessários; -----
 - 2.4. Aos prejuízos causados aos operadores ou outros empreiteiros a executarem trabalhos para o Primeiro Contratante, por motivos imputáveis ao Segundo Contratante, designadamente, os decorrentes do incumprimento do Programa de Trabalhos; -----
 - 2.5. Às indemnizações devidas por todos os acidentes ou danos acontecidos na obra objeto da empreitada, durante a sua fase de execução, a qual se conclui com a receção provisória da totalidade dos trabalhos; -----
 - 2.6. Às perdas ou danos, materiais, corporais ou morais, ocasionados a terceiros em geral, a outras empresas que eventualmente trabalhem no local da obra, ao Primeiro Contratante e seus representantes. -----
3. São da exclusiva responsabilidade do Segundo Contratante, os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial. -----

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
(PROTEÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS)

1. O Segundo Contratante compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, sem prejuízo do cumprimento das obrigações legais ou regulamentares a que se encontre sujeita, designadamente: -----
 - 1.1. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Primeiro Contratante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato; -----
 - 1.2. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos; -----
 - 1.3. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Primeiro Contratante esteja especialmente vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas; -----
 - 1.4. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Primeiro Contratante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos; -----
 - 1.5. Prestar ao Primeiro Contratante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato; -----
 - 1.6. Manter o Primeiro Contratante informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais; -----
 - 1.7. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Segundo Contratante, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Segundo Contratante e o referido colaborador; -----
 - 1.8. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade; -----

- 1.9. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Primeiro Contratante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal; -----
- 1.10. Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas; -----
- 1.11. Prestar a assistência necessária ao Primeiro Contratante no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais; -----
- 1.12. Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD. -----
2. O Segundo Contratante será responsável por qualquer prejuízo em que o Primeiro Contratante ou qualquer terceiro venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis. -----

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
(SIGILO E CONFIDENCIALIDADE)

1. Todos os elementos entregues pelo Primeiro Contratante no âmbito do procedimento de contratação, bem como em fase de execução do contrato, são fornecidos sob reserva de confidencialidade, não podendo ser divulgados por qualquer forma, sem prévia autorização escrita do Primeiro Contratante, restringindo-se a sua utilização ao prosseguimento do fim a que se destinam. -----
2. O Segundo Contratante garantirá o sigilo quanto a informações, designadamente de caráter fiscal, que os seus trabalhadores venham a ter acesso relacionadas com a atividade do Primeiro Contratante. -----
3. Cabe ao Segundo Contratante assegurar que as pessoas ou entidades que tiverem acesso à informação sujeita a sigilo referida no número anterior, assumam perante si um compromisso de confidencialidade, limitando a divulgação de informação exclusivamente às pessoas ou entidades que dela tenham de tomar conhecimento para tornar possível a sua intervenção nos processos em que intervêm. -----
4. O Segundo Contratante assumirá direta e pessoalmente a responsabilidade por qualquer dano patrimonial ou moral que o Primeiro Contratante ou qualquer terceiro venha a sofrer em consequência de ato, ação ou omissão, praticado, dolosa ou negligentemente, por qualquer dos seus colaboradores, em violação do dever de sigilo a que estão obrigados. -----

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
(FORÇA MAIOR)

1. Não podem ser impostas sanções ao empreiteiro, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar. -----
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas. -----
3. Não constituem força maior, designadamente: -----

- 3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham; -----
- 3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados; -----
- 3.3. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam; -----
- 3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais; -----
- 3.5. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança; -----
- 3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem; -----
- 3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros. -----
- 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.-
- 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior. -----

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA
(SANÇÕES)**

- 1. O incumprimento de obrigações emergentes do contrato, designadamente do prazo de execução proposto pelo Segundo Contratante determina a aplicação de sanções pecuniárias pelo Primeiro Contratante, nos termos que se seguem: -----
 - 1.1. Para o prazo de execução global: -----
 - 1.1.1. Se o prazo de execução global for >45 dias e ≤50 dias de calendário: É aplicada uma sanção de 8 ‰ (oito por mil) sobre o preço contratual por cada dia de atraso; -----
 - 1.1.2. Se o prazo de execução global for >50 dias e ≤60 dias de calendário: É aplicada uma sanção de 5 ‰ (cinco por mil) sobre o preço contratual por cada dia de atraso; -----
 - 1.2. Para o prazo de execução parcial: -----
 - 1.2.1. Se o prazo de execução parcial for >30 dias e ≤45 dias de calendário: É aplicada uma sanção de 10 ‰ (dez por mil) sobre o preço contratual por cada dia de atraso; -----
 - 1.3. No decurso da obra, sempre que a fiscalização ou o Primeiro Contratante solicite ao Segundo Contratante a apresentação de documento cuja entrega esteja prevista no contrato, a não apresentação do mesmo no prazo fixado ou no que vier a ser razoavelmente fixado, e desde que não tenha sido absolutamente impedido de o fazer, dará lugar à aplicação de sanção pecuniária compulsória diária de 100,00 EUR (cem euros), até à entrega do documento; -----
 - 1.4. No caso de o Segundo Contratante não promover a implementação dos meios de recuperação dos atrasos, nos termos definidos no caderno de encargos e no Código dos Contratos Públicos, e desde que não esteja absolutamente impedido de o fazer, ser-lhe-á aplicada sanção pecuniária compulsória diária de 500,00 EUR (quinhentos euros), até à demonstração da efetiva implementação dos mesmos; -----
 - 1.5. Verificado o incumprimento pelo Segundo Contratante da correta implementação das medidas obrigatórias de Higiene e Segurança e de preservação ambiental, ser-lhe-á aplicada a sanção pecuniária de 500 EUR (quinhentos euros), seguida da aplicação de sanção pecuniária compulsória diária de 100,00 EUR (cem euros), até à correção da deficiência. -----
- 2. Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no n.º 1, os custos decorrentes do incumprimento dos prazos contratuais da empreitada imputável ao Segundo Contratante serão da inteira responsabilidade do mesmo, sendo-lhe imputados, após o exercício do direito de audiência prévia pelo Segundo Contratante mediante a dedução do seu valor nos pagamentos da empreitada, podendo o Primeiro Contratante utilizar o valor das retenções da faturação ou proceder à execução das cauções prestadas. -----

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Segundo Contratante, o Primeiro Contratante pode aplicar-lhe uma sanção pecuniária de valor até 20% (vinte por cento) do preço contratual. -----
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Primeiro Contratante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (trinta por cento). -----
5. O não cumprimento das cláusulas de execução do contrato, quando a sua gravidade o justifique pelos danos causados, poderá constituir fundamento para a sua rescisão imediata, independentemente das sanções previstas na lei e de outros procedimentos legais que se julgue conveniente adotar. -----
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula, não obstam a que o Primeiro Contratante se arrogue a exigir uma indemnização por dano excedente, nos termos legais. -----

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

(GESTOR DE CONTRATO DO PRIMEIRO CONTRATANTE)

1. Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos o gestor do contrato do Primeiro Contratante que acompanhará em permanência a execução deste, será a Técnica Superior da Direção de Gestão de Imóveis do Sul, [REDACTED] -----
2. Caso se verifique, durante a execução do contrato, a substituição de gestor contratual, a sua indicação nominal será comunicada ao Segundo Contratante, por escrito. -----

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

(COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES)

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato. -----
2. O Segundo Contratante deverá informar o Primeiro Contratante das alterações verificadas durante a execução do contrato, referentes a: -----
 - 2.1. Poderes de representação no contrato celebrado para a aquisição dos serviços; -----
 - 2.2. Nome ou denominação social; -----
 - 2.3. Endereço ou sede social; -----
 - 2.4. Quaisquer outros fatores que alterem de modo significativo a sua situação. -----

CLÁUSULA VIGÉSIMA

(COMPROMISSO)

A despesa tem cabimento orçamental para o ano económico de 2024 no Orçamento da Segurança Social na rubrica "D.07.01.02.06.02", com a classificação económica "Conservação ou reparação", conforme registos efetuados pela Direção de Contabilidade e com o compromisso n.º 1324019520. -----

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

(COMPROMISSO AMBIENTAL)

Na execução do contrato, o Segundo Contratante pugnará pelas melhores práticas ambientais que possa desempenhar, inerentes ao cumprimento da proposta. -----